

Bariri, 16 de março de 2017.

**MENSAGEM**  
**Nº 025/2017**

Encaminhamos a Vossa Excelência e demais Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei nº 021/2017, para a devida apreciação e aprovação, se este for o entendimento.

Em 08 de dezembro de 2016 fora aprovada a Lei Municipal n.º 4.711/16 que dispõe sobre a gestão dos débitos de que seja sujeito ativo a administração pública direta e indireta, sobre seu parcelamento e dá outras providências.

Diante de uma análise prática (60 dias de vigência) verificou-se a necessidade de adequação de alguns preceitos nela contidos, que não foram solucionados quando do projeto inicial.

Neste sentido, recomenda-se a alteração dos artigos 5º, 6º, 9º e 12, cuja redação encontra-se no projeto de lei anexo.

Contando com a aprovação da matéria, invocamos o disposto no artigo 43 da Lei Orgânica Municipal.

Aproveitando do ensejo, reiteramos a Vossa Excelência e aos nobres Vereadores, protesto da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**PAULO HENRIQUE BARROS DE ARAUJO**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
**VAGNER MATEUS FERREIRA**  
Presidente da Câmara Municipal de Bariri.  
BARIRI/SP

**= PROJETO DE LEI Nº 021/2017 =**

de 16 de março de 2017.

*Dá nova redação, cria e revoga dispositivos da Lei Municipal n.º 4.711, de 08 de dezembro de 2016.*

**Art. 1º** Os § 2º e § 7º, do artigo 5º, da Lei n.º 4.711, de 08 de dezembro de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 5º**

...

**§ 2º** *Os débitos que o sujeito passivo pretender parcelar, nos termos do caput deste artigo, serão acrescidos de despesas processuais, ficam sujeitos a encargos moratórios e à incidência única de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), devendo ser reconhecidos por meio de confissão irrevogável e irretratável, considerada confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 389 e seguintes do Código de Processo Civil.*

...

**§ 7º** *A Diretoria de Finanças informará a Procuradoria Geral do Município sobre cada novo parcelamento realizado, para que esta formalize pedido de suspensão das Execuções Fiscais correspondentes."*

**Parágrafo único.** Ficam acrescidos os §§ 8º e 9º ao Artigo 5º, da Lei n.º 4.711, de 08 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

**"§ 8º** *Em havendo designação de leilão judicial para alienação de bens do devedor, ser-lhe-á facultado a realização de parcelamento mediante o pagamento prévio de 70% do saldo total devedor atualizado.*

**§ 9º** *Descumprido o parcelamento realizado nos termos do parágrafo anterior, não será admitido novo parcelamento em favor do devedor."*

**Art. 2º** O § 2º, do artigo 6º, da Lei n.º 4.711, de 08 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 6º**

...

**§ 2º** *O descumprimento no pagamento das parcelas sujeitará o devedor às disposições do artigo 12. desta lei."*

**Parágrafo único.** Ficam revogados os Incisos I, II e III e os §§ 3º e 4º, do artigo 6º, da Lei n.º 4.711, de 08 de dezembro de 2016.

**Art. 3º** O *caput* do artigo 9º, da Lei n.º 4.711, de 08 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 9º Será competente para apreciar o pedido de parcelamento solicitado nos termos desta Lei, a Diretoria de Finanças."*

**Parágrafo único.** Ficam revogados os Incisos I e II e os §§ 1º e 2º, do artigo 9º, da Lei n.º 4.711, de 08 de dezembro de 2016.

**Art. 4º** O *caput* do artigo 12. e seu § 2º, da Lei n.º 4.711, de 08 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 12. O sujeito passivo será excluído dos parcelamentos a que se refere esta Lei, na hipótese de inadimplência por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados.*

...

**§ 2º** *Com exceção da hipótese prevista no § 8º do art. 5º, serão admitidos até 4 (quatro) pedidos de reparcelamento.*

**I** – *O primeiro pedido de reparcelamento será concedido ao devedor que pagar o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do saldo remanescente, mencionado no parágrafo primeiro.*

**II** – *O segundo pedido de reparcelamento será concedido ao devedor que pagar o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do saldo remanescente, mencionado no parágrafo primeiro.*

**III** – *O terceiro pedido de reparcelamento será concedido ao devedor que pagar o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do saldo remanescente, mencionado no parágrafo primeiro.*

**IV** – *O quarto pedido de reparcelamento será concedido ao devedor que pagar o valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do saldo remanescente, mencionado no parágrafo primeiro."*

**Parágrafo único.** Fica acrescido o § 7º ao Artigo 12., da Lei n.º 4.711, de 08 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

*"§ 7º A Diretoria de Finanças fica incumbida de informar a Procuradoria Jurídica do Município sobre o descumprimento do parcelamento ou reparcelamento."*

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bariri, 16 de março de 2017.

**PAULO HENRIQUE BARROS DE ARAUJO**  
Prefeito Municipal